

Editorial

Não existe uma realidade, qualquer que ela seja, à margem da nossa forma de ver e de interpretar. O problema é que só vemos uma parte dessa realidade. A *gramática do ver* vai-se contruindo neste jogo de simulacro entre a realidade e a aparência. Todo o conhecimento resulta da descoberta de novas formas de apreendermos a realidade. Nenhum conhecimento, mesmo que científico, tem carácter absoluto. A este propósito, diz-nos Rovelli (2022), que o pensamento científico está consciente da nossa ignorância. Ao contrário do que muitos poderão pensar, é a dúvida (e não a certeza) que nos faz avançar. Por isso, o conhecimento científico consiste num “esforço contínuo de construção e reconstrução do nosso próprio pensamento ao mesmo tempo que pensamos” (Rovelli, 2022, p.64). Apesar de tudo, e retomando Rovelli, diremos que o crédito alcançado pelo conhecimento científico está, “não por nos dizer coisas certamente verdadeiras, mas porque as suas respostas são as melhores que de momento temos” (Rovelli, 2022, p.65). É nesta história do olhar que encontramos o homem atarefado a procurar ver uma resposta melhor para as perguntas que vai aprendendo a fazer.

A excelência é uma procura perpétua. E a procura, como ato de escuta e leitura, do que se esconde na realidade que queremos conhecer, representa buscar uma nova e melhor maneira de pensar. Para que a procura ganhe relevância filosófica é preciso que não se estacione o pensamento na comodidade da certeza. Na procura está o ato criativo. É preciso um pensar intranquilo que não deixe arrefecer o combate de nos pôr à prova. A procura é este combate à paralisia da ação, ao imobilismo, é um modo de caminhar que procura no próprio ato de caminhar, um conhecimento capaz de conhecer os limites do conhecimento. É um

caminhar crítico em que a dúvida serve de diálogo para calibrar as diferentes posições e para alimentar o apetite de conhecer.

A procura é uma maneira de abordar a realidade, uma forma de responder à força visionária da ciência, não com a sensação de saciedade da ciência pedante, mas com a visão de uma ciência que se quer em permanente reformulação e em perpétua intenção de projetar novos sonhos capazes de gerar novas realidades. Para isso precisamos de libertar o pensamento de uma racionalidade enjaulada. A curiosidade e o entendimento constituem um combate formativo contra os venenos que intoxicam a nossa capacidade de questionar. Tem um carácter processual, um vaivém que balança entre a verdade e o erro, entre a realidade e a aparência, entre o que possui história e o que representa o desvelar da história por fazer, na qual o nós ganha a proeminência da conquista que reabilita a mudança. É um processo inteiro que ilustra o céu da grandeza da razão.

Foi com este espírito de procura pela diversidade das análises e de entendimento do fenómeno educativo que organizámos a Revista Lusófona de Educação nº 58 (RLE58). Com esta visão panorâmica, que não esgota a diversidade e a riqueza de outras abordagens igualmente necessárias, pretendemos estimular a reflexão de forma diferente e mais ampla que os habituais dossiês temáticos. A perspetiva tecnocrática da educação tem dado pouca atenção à compreensão da educação. É importante que o ser tecnicamente capaz não nos retire a capacidade de refletir sobre o significado do que fazemos.

Assim, abrimos este número da revista com o artigo de Germano Borges e Leonor Lima Torres, que tem por título *A excelência académica entorpecida*. Os autores convidam-nos a refletir sobre a versão elitista da excelência académica - que tem vindo a predominar no sistema educativo - é aquela que a define como um desempenho excepcional, uma qualidade distintiva de poucos que transcendem a norma da *performance* satisfatória, associada à ideia de que os estudantes reconhecidos por mérito escolar e integrados em “Quadros de Excelência” situam-se à margem de descontinuidades escolares, na lógica de uma excelência para memória futura. Os autores consideram que a visão romantizada do ideal performativo tem vindo a produzir efeitos nebulosos nas trajetórias estudantis, exacerbando a pressão naqueles que aspiram manter-se no patamar da excelência. Com este estudo, os autores pretendem analisar o percurso académico e a transição para o ensino superior dos “melhores alunos” dos cursos científico humanísticos da escola pública portuguesa. O estudo envolveu mais de 400 estudantes. Os resultados do estudo evidenciam os efeitos de uma narrativa unidimensional da excelência, fortemente sustentada em lógicas “resultadistas”, com a excelência conquistada a revelar-se temporária e desfasada dos padrões de excelência exigidos no ensino superior.

Joana Pinho e Maria Helena Ançã assinam o segundo artigo intitulado *Aprender português língua de acolhimento, em contexto não formal: imigrantes e refugiados em Portugal*. Este estudo evidencia que a deslocação, a nível mundial, de pessoas de forma forçada, tem potenciado a chegada de um número significativo de imigrantes e refugiados à Europa. Neste cenário, é desafio da Educação em Portugal dar respostas de acolhimento que incluam indubitavelmente o ensino da Língua Portuguesa, enquanto Língua de Acolhimento. Este estudo, de natureza qualitativa e que privilegia a estratégia de estudo de multicaso, visa a análise de conteúdo das respostas dadas a uma entrevista, por imigrantes e refugiados em formação em português. Deste modo, os autores pretendem dar resposta à questão de investigação: “Quais as representações de imigrantes e refugiados, quanto aos desafios e potencialidades do ensino do Português Língua de Acolhimento (PLA), em contexto não formal?”. Os resultados a que chegaram apontam pistas interessantes para a estruturação do ensino do PLA a imigrantes e refugiados.

O terceiro artigo é de Edilene Neves e Eliza Ferreira sobre *O PISA como tecnologia de governação por dados: a OCDE no Brasil*. As autoras analisam a governação por dados incorporada pelo Brasil nos acordos firmados com a OCDE. Por meio da análise de documentos (leis brasileiras e documentos da OCDE e Eurostat), o estudo relaciona a governação dos dados à perspetiva ordoliberal de modo a identificar a criação e institucionalização da Eurostat como parte dessa lógica, assim como o PISA no campo da educação. Os fundamentos ordoliberais movimentam a racionalidade da economia política na forma de tratados e acordos de cooperação que apontam para uma agenda política sustentada no valor do conhecimento adquirido pelos dados e indicadores coligidos no PISA e outras tecnologias de poder. A governação por dados é um instrumento de intervenção científica na construção da lógica de mercado por dentro de um direito social: a educação.

O quarto artigo é assinado por *Laurent Zoungrana* e tem como título *La filiation à l'épreuve du handicap*. O autor refere que, embora os atuais desenvolvimentos legislativos e sociais sejam favoráveis, certas representações negativas sobre as pessoas com deficiência perduram. Os traumas causados no passado em relação à sua vida relacional, afetiva e sexual podem também persistir ao ponto de destruir qualquer possibilidade de reparação. O autor mostra, como exemplo, a experiência única de Leslie (com cerca de trinta anos), e de sua mãe, de quem foi separada desde o nascimento. Entre vergonha e culpa, desqualificação e “assassinato simbólico”, esta mãe e esta filha sofreram a violência física, moral e psicológica como resultado da separação que lhes foi imposta. Ambas foram discriminadas em nome da deficiência da mãe, e ainda hoje sofrem as consequências. Poucos são os que acreditam nas capacidades e competências das pessoas com deficiências, sobretudo deficiências mentais, para

criar uma criança. De facto, o desejo de procriar e ter filhos não é automaticamente reconhecido, apesar de não existir nenhuma lei que o proíba. O autor alerta-nos para a necessidade de a voz destas pessoas ser levada em consideração e também para que elas sejam envolvidas em todas as decisões que lhes dizem respeito, isto porque promover a pessoa e responsabilizá-la por suas decisões é socialmente gratificante. Para além da condição de uma pessoa deficiente, existe um ser humano, um sujeito.

O quinto artigo, da autoria de Irene Moreno-Medina, intitula-se *Democracia en la escuela: concepciones de estudiantes de contextos desafiantes y favorables*. A autora enuncia, como objetivo deste estudo, conhecer as concepções dos alunos das escolas em contextos socioeconómicos desafiantes e das escolas em ambientes favoráveis sobre a democracia e o seu exercício na escola. A autora realizou uma pesquisa fenomenográfica com a participação de 30 estudantes, 15 de escolas situadas em contextos favoráveis e 15 de escolas situadas em contextos desafiantes. Os resultados indicam que existem cinco concepções de democracia na escola. Estas cinco concepções mostram diferenças e semelhanças de acordo com o contexto dos estudantes, demonstrando como as condições do contexto - favoráveis ou desafiantes - influenciam a compreensão e a prática dos estudantes de uma forma ou de outra. Uma primeira concepção é puramente delegativa até chegar a uma última concepção em que a representação e participação, de uma forma crítica, é essencial. O estudo coloca a pertinente questão para a nossa reflexão. A promoção desta última concepção é essencial para encorajar os estudantes a pensar refletida e criticamente, a fim de se tornarem cidadãos que assegurarão uma sociedade justa, equitativa e democrática.

O sexto artigo é da autoria de Antonia Alves Silva e Maria Isabel Ortigão e desenvolve-se sobre *O PISA como estratégia política de performatividade educacional e projeto de governança social*. Para as autoras, as reformas educacionais realizadas nas últimas décadas têm-se caracterizado essencialmente pela incorporação de princípios neoliberais que reorientam a concepção de educação, aproximando-a cada vez mais da lógica de funcionamento dos mercados, por meio de práticas como gerenciamento, regulação e competitividade. A eficácia de tais práticas é construída por meio de um conjunto de estratégias nas quais se inserem as políticas de avaliação externa em larga escala, que atuam favorecendo a criação de uma cultura de performatividade no âmbito escolar, ancorada no poder dos números e da estatística na fabricação de fatos. As autoras discutem o PISA como política de avaliação em larga escala que, sendo originária da OCDE, está comprometida com uma concepção neoliberal de educação e, utilizando tecnologias políticas, como performatividade e comparação por números, visa a implementação de projetos de governança na sociedade. Na sua reflexão final, as autoras consideraram que as articulações, realizadas no âmbito das políticas neoliberais, atuam promovendo mudanças na educação visando a produção de novas subjetividades e práticas escolares sintonizadas com o mercado.

O sétimo artigo é de João Longo e Cristiana Firmino e tem por tema a *Formação Inicial em Enfermagem: mudanças curriculares para incrementar as potencialidades da prática*. Para os autores, a generalidade dos currículos que integram a oferta formativa da formação inicial do ensino superior politécnico compreendem uma componente prática, vulgo estágio (e.g., saúde, educação). Porém, quando se procura saber o que legitima essa componente e se a mesma responde às expectativas daqueles que a frequentam e ministram, os discursos centram-se mais em crenças do que em evidências devidamente sustentadas. Com este estudo, os autores procuram saber, na perspetiva de estudantes e professores, quais as mudanças curriculares que poderiam incrementar as potencialidades da prática na formação inicial em enfermagem. O estudo utiliza uma abordagem qualitativa, descritiva, de natureza interpretativa. A amostra é intencional, composta por 68 professores e 15 estudantes de 13 Escolas Superiores de Saúde/ Enfermagem nacionais. Na recolha de dados foram aplicadas a técnica de *Focus-Group* aos professores e a entrevista semiestruturada aos alunos. Os resultados deste estudo mostram que as mudanças curriculares desejadas vão desde a necessidade de repensar as finalidades e objetivos da componente prática, passando pelas estratégias, organização formal e formadores desejados.

O oitavo artigo é da autoria de Cláudia Raquel da Cunha Miguel e tem por título *O OLHAR DO NOVO HERÓI DIGITAL*. A autora analisa a representação do personagem digital no desenvolvimento da trama dos filmes de género de fantasia, ação e aventura: Jake de Avatar, César de Planeta dos Macacos e Hulk. Os personagens digitais, com o sistema MoCap, captura de movimento por um ator humano, oferecem aos filmes de fantasia, aventura e ação e uma nova perspetiva no que respeita ao entendimento da história e do personagem, e por esse motivo foi considerado importante aprofundar o conhecimento deste novo “herói” digital. Um herói que passa pelo mesmo arco de transformação dos heróis humanos, com características físicas, psicológicas, sociais e de ação que os distingue do seu par humano. A partir de uma extensa bibliografia e estudo qualitativo de entrevistas semiestruturadas a especialistas, este estudo dá destaque à importância da mensagem e à relação com o espectador.

O nono artigo é de Darcisio Muraro e tem por título *John Dewey e Paulo Freire: educação e transformação social*. Este estudo tem como objetivo analisar os conceitos de experiência, diálogo e educação no pensamento de Dewey e Freire. Para os autores em estudo, a filosofia e educação não podem ficar alheias aos problemas que afetam e empobrecem a experiência humana historicamente situada. A experiência está ameaçada pelas forças autoritárias, negacionistas, antidialógicas e excludentes favorecendo os interesses neoliberais. O resultado da pesquisa considera que a educação, como modo de vida democrático de partilha da experiência pelo diálogo, reflexão, problematização e busca de objetivos comuns, é fulcral para a transformação social numa perspetiva libertadora e humanizadora. E que a experiência dialógica torna possível

a experiência democrática como prática da liberdade, da capacidade de decidir e da autodeterminação dos sujeitos na construção da história.

Na secção Recensão, Anabela Freitas analisa criticamente a obra *Amélia Mingas, a mulher, a cidadã, a académica*. A obra em análise, publicada em 2022, em Luanda, pela editora Mayamba, foi organizada por Paulo de Carvalho e Jota Carmelino. Trata-se de um livro de homenagem a Amélia Mingas, um grande vulto das letras angolanas, da linguística portuguesa e das línguas africanas. Contudo, a conceção e materialização do livro foram dimensionadas não só para homenagear Amélia Mingas, enquanto mulher, cidadã e académica, mas também para divulgar a ciência, a cultura, a africanidade e a defesa e promoção da língua portuguesa.

No cumprimento de uma das rubricas da política editorial da Revista Lusófona de Educação, divulgam-se, neste número, alguns resumos de Teses e Dissertações defendidas no Instituto de Educação da Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa.

Referência

Rovelli, C. (2022). *E se o tempo não existisse*. Edições 70.

António Teodoro

Orcid: 0000-0001-7819-0498

José V. Brás

Orcid: 0000-0002-0374-748X

Maria Neves Gonçalves

Orcid: 0000-0002-2531-4618